

Jair Eduardo Santana  
Viviane Fernandes de Araujo  
Sirley de Oliveira Arruda  
Maria do Carmo de Campos Valadares

## LEI DAS PARCERIAS

LEI Nº 13.019/2014

Comentários e Prática  
para Implantação



Abstração VI. Alcimone Mello



### **Autores**

Jair Eduardo Santana  
Viviane Fernandes de Araujo  
Sirley de Oliveira Arruda  
Maria do Carmo de Campos Valadares

## LEI DAS PARCERIAS Lei Nº 13.019/2014 Comentários e Prática para Implantação

### **Área específica**

Direito Administrativo.

### **Áreas afins**

Municipal. Financeiro. Público. Constitucional.

### **Público-alvo/consumidores**

1. Servidores públicos de todas as esferas governamentais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), porém, todos os modelos (parte prática) estão voltados para a implantação da Lei 13.019/14 no âmbito municipal, embora possa haver adaptações pelos Estados.
2. O Terceiro Setor (Organizações da Sociedade Civil em geral), porque a parte prática contém modelos que eles devem elaborar para celebrar parcerias com o Poder Público.
3. Órgãos de Controle (interno e externo).

Entrando em vigor na sua plenitude em 2017, a Lei 13.019/2014 mudou por completo o regime das parcerias e das transferências de recursos públicos para o Terceiro Setor.

Se a norma, de um lado, potencializa e incentiva a celebração dessas parcerias, de outra parte criou uma série de condições para que elas se desenvolvam validamente.

Desde a escolha das entidades parceiras, até a prestação de contas dos recursos públicos transferidos, incluindo a necessidade de elaboração de planos de trabalho esculpidos com muita seriedade, há um extenso rol de providências operacionais a ser observado.

Não se pode esquecer de que os acertos e os erros na aplicação da norma dependerão da capacitação de servidores públicos e de membros das citadas entidades.

Há 30 (trinta) anos trabalhando diariamente com as Administrações Públicas, os autores puderam apresentar neste livro as ferramentas práticas indispensáveis à implementação da Lei 13.019/2014; puderam, ainda, deixar lições acerca da teoria necessária à compreensão do novo regime.

Este livro foi propositalmente concebido em linguagem simples e objetiva, considerando os impactos da Lei nº 13.019/2014 para os órgãos públicos e as entidades do Terceiro Setor, a quem se mostra quais procedimentos deverão ser adotados para sua implantação (com modelos sugestivos) especialmente no que toca à(o):

- Regulamentação da Lei no âmbito Municipal;
- Criação das Comissões que são necessárias;
- Documentos relacionados à seleção pessoal das entidades do Terceiro Setor;
- Seleção por dispensa ou inexigibilidade;
- Monitoramento, acompanhamento e execução (aplicação dos recursos públicos transferidos);
- Prestação de contas e demonstrações de que os recursos foram efetivamente aplicados na forma pactuada e que atingiram o alcance social pretendido.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001096

L525

Lei das parcerias: Lei nº 13.019/2014 – comentários e prática para  
implantação / Jair Eduardo Santana... [et al.]– Belo Horizonte:  
Fórum, 2017.

292p.

ISBN: 978-85-450-0209-3

1. Direito administrativo. 2. Direito municipal. 3. Direito financeiro. I.  
Santana, Jair Eduardo. II. Araújo, Viviane Fernandes de. III. Arruda,  
Sirley de Oliveira. IV. Valadares, Maria do Carmo de Campos. V. Título.

CDD 342

CDU 341.3

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de  
Normas Técnicas (ABNT):

SANTANA, Jair Eduardo et al. Lei das parcerias: Lei nº 13.019/2014 – comentários e prática para  
implantação. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 292p. ISBN 978-85-450-0209-3.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 15

### PARTE 1

#### DOCTRINA

<b>(COMENTÁRIOS À LEI Nº 13.019/2014)</b> .....	21
1 Comentários iniciais .....	21
2 Comentários aos artigos da Lei nº 13.019/2014 .....	26
2.1 Art. 1º .....	26
2.2 Art. 2º .....	29
2.2.1 Art. 2º-A .....	33
2.3 Art. 3º .....	34
2.4 Art. 4º .....	36
2.5 Art. 5º .....	37
2.6 Art. 6º .....	40
2.7 Art. 7º .....	42
2.8 Art. 8º .....	43
2.9 Art. 9º (Revogado) .....	44
2.10 Art. 10 .....	44
2.11 Art. 11 .....	45
2.12 Art. 12 .....	46
2.13 Art. 13 .....	46
2.14 Art. 14 .....	47
2.15 Art. 15 .....	47
2.16 Art. 16 .....	48
2.17 Art. 17 .....	48
2.18 Art. 18 .....	49
2.19 Art. 19 .....	50
2.20 Art. 20 .....	51

2.21	Art. 21	51
2.22	Art. 22	52
2.23	Art. 23	53
2.24	Art. 24	54
2.25	Art. 25	57
2.26	Art. 26	57
2.27	Art. 27	57
2.28	Art. 28	59
2.29	Art. 29	59
2.30	Art. 30	60
2.31	Art. 31	62
2.32	Art. 32	63
2.33	Art. 33	64
2.34	Art. 34	66
2.35	Art. 35	67
2.35.1	Art. 35-A	69
2.36	Art. 36	70
2.37	Art. 37	70
2.38	Art. 38	70
2.39	Art. 39	71
2.40	Art. 40	74
2.41	Art. 41	76
2.42	Art. 42	76
2.43	Art. 43	80
2.44	Art. 44	81
2.45	Art. 45	81
2.46	Art. 46	82
2.47	Art. 47	83
2.48	Art. 48	83
2.49	Art. 49	84
2.50	Art. 50	84
2.51	Art. 51	84
2.52	Art. 52	85
2.53	Art. 53	85
2.54	Art. 54	86
2.55	Art. 55	86
2.56	Art. 56	86
2.57	Art. 57	86
2.58	Art. 58	87
2.59	Art. 59	87
2.60	Art. 60	89
2.61	Art. 61	89
2.62	Art. 62	90
2.63	Art. 63	91
2.64	Art. 64	91
2.65	Art. 65	92
2.66	Art. 66	92
2.67	Art. 67	93
2.68	Art. 68	93
2.69	Art. 69	94
2.70	Art. 70	95
2.71	Art. 71	96
2.72	Art. 72	97
2.73	Art. 73	99
2.74	Art. 74	101
2.75	Art. 75	101
2.76	Art. 76	101
2.77	Art. 77	101
2.78	Art. 78	102
2.79	Art. 79	103
2.80	Art. 80	103
2.81	Art. 81	104
2.81.1	Art. 81-A	104
2.82	Art. 82	105
2.83	Art. 83	105
2.83.1	Art. 83-A	105
2.84	Art. 84	106
2.84.1	Art. 84-A	106
2.84.2	Art. 84-B	106
2.84.3	Art. 84-C	107

2.85	Art. 85 .....	108
2.85.1	Art. 85-A.....	108
2.85.2	Art. 85-B .....	109
2.86	Art. 86 .....	109
2.87	Art. 87 .....	110
2.88	Art. 88 .....	110

PARTE 2

**PRÁTICA**  
(MODELOS)

<b>1. MODELO DE PROJETO DE LEI .....</b>	<b>113</b>
ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº ____ DE ____ DE ____ DE ____ QUE REGULAMENTA A LEI Nº 13.019/14.....	141
PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES, SERVIÇOS, LOCAÇÕES E OBRAS PARA EXECUÇÃO DE PARCERIAS FIRMADAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	141
<b>2. MODELO DE PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>147</b>
PARECER JURÍDICO .....	150
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/____ .....	151
ANEXO I – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE .....	161
ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PARTICIPAÇÃO .....	162
ANEXO III – MODELO DE PLANO DE TRABALHO .....	163
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO .....	165
ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº ____, DE ____ DE 20__ .....	168
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____ E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL _____ .....	168
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/____ .....	177
PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO .....	179
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO RELATIVO AO PROCESSO Nº ____/20__ .....	180
RESULTADO DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/20__ .....	181
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO RELATIVO AO PROCESSO Nº ____/____ .....	182
<b>3. MODELO DE PROCESSO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO .....</b>	<b>183</b>
AUTORIZAÇÃO .....	184
MODELO DE PLANO DE TRABALHO PARA ACORDO DE COOPERAÇÃO.....	186
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO .....	188
PARECER JURÍDICO .....	191
MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO .....	192
PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO .....	195
ATA DE FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/____ .....	196
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO – PROCESSO Nº ____/20__ .....	198
RESULTADO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/20__ .....	199
JUSTIFICATIVA DETALHADA DO ADMINISTRADOR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/____ .....	200
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROCESSO Nº ____/____ .....	201

<b>4. MODELO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE/ DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>203</b>
AUTORIZAÇÃO.....	204
PLANO DE TRABALHO.....	206
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO.....	208
PARECER JURÍDICO .....	211
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº ____, DE ____ DE 20__.....	212
PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO .....	221
ATA DE FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/20__.....	222
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO RELATIVA AO PROCESSO Nº ____/20__.....	224
RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/20__.....	225
JUSTIFICATIVA DETALHADA DO ADMINISTRADOR AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/____.....	226
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO RELATIVO AO PROCESSO Nº ____/____ .....	227
<b>5. MODELO DE MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	<b>229</b>
APRESENTAÇÃO .....	229
DECRETO Nº ____, DE ____ DE ____ – APROVA MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E LEI MUNICIPAL Nº ____/____ .....	231
1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL .....	232
ANEXOS .....	259
ANEXO I - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	261
ANEXO II – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	263
ANEXO III – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRO (EM R\$).....	266
ANEXO IV – RELAÇÃO DE PAGAMENTOS .....	267
ANEXO V – EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA.....	268
ANEXO VI – CONCILIAÇÃO BANCÁRIA .....	270
ANEXO VII – TERMO DE COMPROMISSO.....	272
ANEXO VIII – PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES, SERVIÇOS, LOCAÇÕES E OBRAS PARA EXECUÇÃO DE PARCEIRAS FIRMADAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, CONFORME ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº _____, DE _____ .....	273
<b>6. MODELO DE DECRETO QUE REGULAMENTA O TERMO DE AJUSTAMENTO DE PARCERIA .....</b>	<b>279</b>
6.1 MODELO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE PARCERIA	283
<b>7. MODELOS DE PORTARIAS DE NOMEAÇÃO DE COMISSÕES E DE GESTOR .....</b>	<b>287</b>
PORTARIA Nº ____/____ – NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE (OU ESPECIAL) DE SELEÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	287
PORTARIA Nº ____/____ – NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE (OU ESPECIAL) DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .....	289

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ - NOMEIA O GESTOR DA(S)  
PARCERIA(S) \_\_\_\_\_ (OU CELEBRADAS PELA \_\_\_\_\_) E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .....291

REFERÊNCIAS .....293